



## 9º Congresso de Pós-Graduação

### **USO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER EM PRAIA GRANDE-SP: UMA CONTRIBUIÇÃO DO LEGADO FÍSICO DOS 71 JOGOS ABERTOS.**

#### **Autor(es)**

---

STELA MARCIA ALLEN

#### **Orientador(es)**

---

NELSON CARVALHO MARCELLINO

#### **1. Introdução**

---

O espaço onde as pessoas moram, trabalham, estudam, convivem ou exercem suas atividades de lazer ocorre em meio ao conturbado cotidiano das cidades. O que se observa, atualmente, é que a especulação imobiliária elevou os preços das moradias no centro e expulsou as classes de menor poder aquisitivo para a periferia das cidades.

Nesse sentido, a população residente na periferia passa a ter dificuldade de acesso aos bens públicos necessários ao seu desenvolvimento social, dentre eles o esporte e o lazer.

Entretanto, o poder público ainda é o principal responsável em atingir a missão social de desenvolvimento, inclusão social e qualidade de vida. Compete a ele viabilizar o acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados, dentre outras áreas, a programas de relevante interesse social voltados para a melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 1988).

Neste sentido, o esporte, dentro de uma perspectiva histórica, foi definido como um valioso instrumento para a formação do ser humano, auxiliando nas finalidades educativas, na identificação de talentos esportivos e para coesão social.

Atualmente, as atividades físicas e esportivas são uma das possibilidades de lazer mais difundidas, abrangendo desde a participação em atividades físicas até a assistência de jogos (ISAYAMA, 2007).

Em relação ao aspecto espaço, uma pesquisa do perfil dos municípios brasileiros sobre o esporte, realizada pelo IBGE (2003) aponta que a grande maioria das cidades brasileiras conta com um número insuficiente de espaços e equipamentos específicos de esporte e lazer. Esses poucos, geralmente estão mal distribuídos e nem sempre são otimizados, pois a falta de divulgação dos locais e suas programações nem sempre permitem o acesso pela população.

Essa não é totalmente a realidade de Praia Grande/SP. Entre os anos de 2005 a 2007, a prefeitura investiu mais de R\$ 40 milhões na rede física esportiva da cidade, inicialmente com o interesse de sediar a 71ª edição dos Jogos Abertos do Interior.

A estrutura física esportiva da cidade contava até o ano de 2005 com dois ginásios. A partir de 2006, de acordo com a exigência a candidatura dos Jogos, o município reformou seus 2 ginásios e o centro náutico e, foram construídos 7 ginásios poliesportivos, uma piscina semi-olímpica, uma pista oficial de atletismo e um skate park.

Logo após abrigar os Jogos, no mesmo ano, as secretarias de Juventude, Esportes e Lazer (SEJEL) e a de Educação (SEDUC) foram responsáveis por abrir estes equipamentos à participação popular, visando atender diretamente a comunidade local com oferta de atividades voltadas para a inclusão social e, indiretamente aos turistas através da realização de eventos esportivos (PRAIA GRANDE,

2010).

Infelizmente, sabemos que nem todos têm a possibilidade de acesso aos equipamentos de esporte e lazer das cidades, seja por falta de condições econômicas, por barreiras como gênero e faixa etária, ou por deficiência de uma política pública de lazer e de animação sociocultural que viabilize a democratização cultural.

Neste sentido, nem mesmo uma grande oferta quantitativa de equipamentos garante a participação da população e a democratização. É necessário pensar em uma política pública mais ampla que contemple, dentre outros fatores, a formação de quadros técnicos apropriados, viabilize a manutenção, conservação e revitalização de tais locais, uma programação de atividades, a divulgação, a “dessacralização” e o incentivo à utilização. (MARCELLINO, 2006b).

Para tanto, é preciso rever a maneira como são feitos e como funcionam os equipamentos de esporte e lazer para que eles possam ser distribuídos de forma mais igualitária, nas diversas regiões da cidade, e a população possa ter um melhor acesso, tornando-os realmente democráticos.

## **2. Objetivos**

---

O objetivo geral desta pesquisa foi o de identificar qual tem sido o uso dos equipamentos públicos de esporte e lazer, deixados como legado dos 71º Jogos Abertos do Interior, à cidade, verificando os possíveis fatores inibidores e/ou efetivo uso democrático, com a finalidade de fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas na área, especificamente nos eixos de espaços e equipamentos, e acessibilidade às práticas.

Como objetivos específicos procuramos identificar os programas neles oferecidos, a frequência por gênero e faixa etária, a manutenção destes espaços e as possíveis diferenciações na apropriação entre turistas e moradores locais.

## **3. Desenvolvimento**

---

Para a realização do trabalho utilizamos uma combinação de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com a inserção nos equipamentos investigados.

Quanto ao método de investigação, que são os “procedimentos amplos de raciocínio” (SEVERINO, 2007) também caracterizado como modo de observação, foi utilizado o “estudo de caso” (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977).

As técnicas, que são os “procedimentos mais restritos que operacionalizam os métodos, mediante emprego de instrumentos adequados” (SEVERINO, 2007) foram as seguintes:

Para pesquisa bibliográfica:

- levantamento bibliográfico inicial, realizado no sistema de Bibliotecas da UNIMEP, correspondente aos temas-chave: Lazer, Esporte, Espaço, Equipamento, Políticas Públicas, Acessibilidade e democratização de espaços;
- análise textual;
- análise interpretativa;
- análise crítica.

A pesquisa documental foi realizada junto aos documentos dos órgãos competentes (Secretaria de Juventude, Esportes e Lazer/SEJEL e Secretaria de Educação/SEDUC) da Prefeitura Municipal de Praia Grande, por análise de conteúdo (GIL, 1991).

A pesquisa de campo foi realizada nos 13 equipamentos públicos de esporte e lazer que abrigaram os 71º Jogos Abertos do Interior, ou seja, a pista de atletismo e piscina municipal, centro náutico, pista de skate do bairro Aviação (Skate Park) e os ginásios poliesportivos Rodrigão, Magic Paula, Falcão, Sítio do Campo, Mirins III, Boqueirão, Caiçara, Samambaia e da SEJEL.

Foi realizada em três etapas, duas realizadas nos períodos de férias escolares (janeiro e julho/2011) e outra no período de não férias (maio e junho/2011), como forma de se verificar as possíveis diferenciações na apropriação dos locais investigados entre turistas e moradores.

Como ferramentas para coleta de dados do estudo de caso utilizamos a:

- “entrevista centrada” (THIOLLENT, 1987), para as “categorias” pré estabelecidas, a partir das pesquisas bibliográfica e

documental, e das observações preliminares, para os profissionais dos equipamentos selecionados;

- observação estruturada de equipamentos, de acordo com a finalidade para a qual foram concebidos;
- aplicação de formulário para praticantes e espectadores de atividades nos equipamentos selecionados.

Foram também utilizados instrumentos complementares de coleta de dados como entrevistas informais.

Para fixação da amostra foram utilizados critérios não probabilísticos, intencionais e o tamanho final foi fixado por “saturação de dados” (MAGNANI, 2003)

Para a escolha da cidade observou-se o critério de representatividade e o de acessibilidade: cidade sede dos 71º Jogos Abertos do Interior em 2007, cidade praiana, com população de médio poder aquisitivo, e que atrai turistas de médio a baixo poder aquisitivo. (UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA, 2011)

A presente pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES – Brasil, através de bolsa de pesquisa UNIMEP/CAPES-PROSUP.

#### **4. Resultado e Discussão**

---

A pesquisa bibliográfica nos trouxe uma importante discussão teórico conceitual sobre os seguintes assuntos: a cidade, o esporte, o lazer e as suas relações sociais no espaço urbano; a problemática das instalações esportivas construídas com fins específicos de abrigar grandes eventos e o uso desses equipamentos após os Jogos; a democratização, acesso e participação da população nos equipamentos esportivos e a descrição do município investigado.

Através da análise documental observamos que o poder público municipal:

1. Compromete-se a garantir o acesso aos bens e serviços essenciais ao desenvolvimento individual e coletivo, entre eles o esporte e o lazer, destinando recursos orçamentários para a manutenção dos seus equipamentos e para realização de programas de apoio e incentivo às práticas desportivas educacionais, olímpicas e comunitárias, prioritariamente às crianças, jovens e idosos.
2. Decreta a utilização e manutenção dos ginásios, piscina semi olímpica e pista de atletismo pela Secretaria de Educação (SEDUC) para a execução do Programa Super Escola e para prática desportiva à comunidade.
3. Institui a democratização do acesso às informações, com pluralismo e multiplicidade das fontes. Assegura a participação popular, tanto de moradores locais como dos proprietários de imóveis situados no município e que não residem no local, sobre as decisões de interesse coletivo através dos canais de participação tais como os Conselhos, Conferências e movimentos sociais.
4. Propõe-se a estimular o turismo desportivo visando fomentar o desenvolvimento turístico do município e região, através da programação de eventos e atividades esportivas, de lazer e culturais adequadas ao perfil do turista e às potencialidades do Município.

Em relação à pesquisa de campo, observamos que, com exceção do Skate Park Aviação, todos os locais investigados têm sido utilizados prioritariamente para o desenvolvimento do Programa Super Escola e, em menor proporção pelas equipes de treinamento esportivo do município e por grupos previamente inscritos da comunidade.

O Programa Super Escola oferece atividades esportivas de caráter lúdico-recreativo a crianças e adolescentes da rede escolar, de 6 a 15 anos, inscritas no Programa no início do ano letivo.

A oferta de atividades ocorre apenas durante a semana e a quase totalidade dos usuários se envolve através da prática, e poucos optam pela observação.

As atividades praticadas nos equipamentos investigados contemplam as três naturezas do campo esportivo: a educativa, competitiva e de lazer e, atendem as necessidades de descanso, divertimento e desenvolvimento pessoal.

Os usuários fizeram muitas sugestões em relação às melhorias da estrutura física dos locais, como a limpeza e manutenção. Outras opções de lazer foram apontadas, como a oferta de mais atividades esportivas e de lazer aos adultos e aos finais de semana, assim como melhorias em relação ao quadro de funcionários, apontando a necessidade de mais professores de educação física e agentes de segurança.

Constatamos que a divulgação dos equipamentos e das atividades mostrou-se ampla e diversificada.

A quase totalidade dos usuários revelou não participar do planejamento e execução das atividades por desconhecimento. Fica evidente que, neste sentido, há uma falha do poder público na divulgação dos canais de participação popular, assim como o comodismo da população.

## 5. Considerações Finais

---

Ao considerarmos o legado esportivo de Praia Grande, em termos de espaços e equipamentos, constatamos que os Jogos deixaram 13 equipamentos públicos, distribuídos por 8 bairros, entre os 32 existentes no município, contemplando área central, periferia e praia.

Concluímos que a cidade conta com bons equipamentos, bem conservados, mas tem o uso aquém de suas possibilidades.

No período de férias de janeiro, 11 dos 13 equipamentos estavam fechados ao uso público.

Observamos que a Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, ao menos no que diz respeito aos locais investigados, não possui uma política de atuação direcionada ao lazer.

Uma vez que as regras estabelecidas para as atividades oferecidas nos equipamentos não contemplam a participação de turistas, encontramos um número altamente representativo de usuários representados por crianças e, em larga minoria por jovens e idosos moradores da cidade. Desta forma, não houve também diferenças na apropriação destes espaços pelos turistas nos períodos de férias e não férias.

A administração pública não reconhece que estes equipamentos podem ser utilizados também para o lazer e, portanto, deveriam ter maior oportunidade de uso, com disponibilização de mais horários e atividades para comunidade adulta e turistas, juntamente com uma política de animação sociocultural, principalmente dirigida às classes de menor renda.

Neste sentido, é preciso pensar em uma política pública setorial de esporte e lazer, de maneira mais democrática e participativa em que a população possa selecionar suas prioridades, participando na elaboração, implementação, fiscalização e avaliação dos resultados alcançados, possibilitando assim uma co-gestão no uso e conservação desses espaços.

## Referências Bibliográficas

---

BRASIL. Constituição. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília/ DF, 1988.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CAMARGO, L.O.L. O que é lazer. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

DUMAZEDIER, J. Valores e conteúdos culturais do lazer. São Paulo: SESC, 1980a.

\_\_\_\_\_. Planejamento do lazer no Brasil: a teoria sociológica da decisão. São Paulo: SESC, 1980b.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

IBGE. Perfil dos municípios brasileiros - Suplemento de Esporte 2003. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/municesportes/index.htm> >. Acesso em: 12/01/2011.

ISAYAMA, H.F. Reflexões sobre os conteúdos físico-esportivos e as vivências de lazer. In: MARCELLINO, N.C (Org.). Lazer e Cultura. Campinas, Alínea, 2007.

MAGNANI, J.G.C. Festa no pedaço: Cultura popular e lazer na cidade. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2003.

MARCELLINO, N.C. Lazer e humanização. 6. ed. Campinas: Papirus, 2002.

\_\_\_\_\_. O lazer e os espaços na cidade. LINHALES, M.; ISAYAMA, H (Org.). Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006b. p. 65 – 92.

PRAIA GRANDE. Jornal eletrônico PG Notícias. Disponível em: < <http://www.praiagrande.sp.gov.br> >. Acesso em: 14/01/2010.

SEVERINO, A.J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 23. ed., 2007.

THIOLLENT, M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987.

UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA. Núcleo de pesquisas e estudos socioeconômicos. Conclusão da pesquisa sobre o perfil do turista de lazer – 2004. Disponível em: <<http://www.srcvb.com.br/pesquisas>>. Acesso em 12/06/2011.